

Altas Habilidades ou Superdotação(AH/SD): um caminho tortuoso entre a invisibilidade e o AEE

Cristina Bruno de Lima ¹

INTRODUÇÃO

A Educação Especial vem sendo contemplada com políticas públicas que proporcionam melhor suporte ao público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas suas diferentes especificidades, tendo como princípios norteadores, a identificação e assistência precoces. Porém, no caso das Altas Habilidades/Superdotação(AH/SD), há uma grande defasagem entre as estimativas de incidência admitidas na comunidade internacional (3 a 5% considerando-se apenas superdotados intelectuais) e o que temos identificado nas nossas escolas (0,02%). Se considerarmos todas as possibilidades da AH/SD, os índices admitidos internacionalmente são em torno de 10% por população.

Preconceitos e desinformação arraigados no sistema, até mesmo devido à distorções de concepções pedagógicas que tem pautado a educação brasileira, têm contribuído para a inobservância de potenciais de alunos em diferentes etapas da educação.

Nessa perspectiva, considerando-se essa defasagem entre os índices previsíveis e encontrados, crianças com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD) têm suas dificuldades mal interpretadas e seu potencial minimizado, ficando à margem do que poderia ser "um futuro brilhante", enquanto a escola espera que eles autorregulem com o tempo e a maturidade, seus possíveis comportamentos inadequados.

A AH/SD não se restringe ao alto desempenho em uma ou mais áreas acadêmicas. Pode direcionar-se exclusivamente para áreas artísticas ou esportivas, por exemplo. Por outro lado, nem sempre resulta em sucesso. Não raro, inabilidades sociais, instabilidade emocional, imaturidade e até mesmo a visível dificuldade em algumas áreas, faz com que talentos de crianças e jovens passem despercebidos por seus familiares e pela escola.

¹ Mestre em Diversidade e Inclusão(CMPDI)/UFF. cristinabruno63@yahoo.com.br

O papel da escola e as orientações pedagógicas que fundamentam suas ações precisam ser reavaliados constantemente a fim de que cada vez menos se perca oportunidades de desenvolver e bem aproveitar os potenciais ocultos nos problemas socioeconômicos, nos comportamentos disruptivos, na criatividade mal compreendida, que a própria formação inadequada do professor e os interesses financeiros dos sistemas educacionais contribuem para tornar invisíveis.

Esse estudo de caso, tem início na Educação Infantil de uma escola pública municipal no interior do Estado do Rio de Janeiro, com a inquietação provocada pela observação de uma criança peculiar. Seu comportamento extremamente instável e explosivo confrontava sua lógica e curiosidade pelo mundo que ia desvendando uma inteligência acima da média para a idade. Avançou pelo Ensino Fundamental, em momentos distintos, mas encontrou uma realidade não muito diferente da que se tinha inicialmente. Uma criança que não se encaixava no estereótipo da “genialidade” que ainda permeia o ideário da superdotação e permanecia no lugar comum, a despeito de suas habilidades acadêmicas bem acima da média. Objetiva-se assim corroborar para uma reflexão sobre a subidentificação de crianças com AH/SD, pautada na hipótese de que há muitos mitos e preconceitos a serem desvelados, e isso passa necessariamente pela formação do professor. Essa situação tem consequências negativas para a criança nas sucessivas etapas de desenvolvimento, assim como para suas famílias e para a sociedade como um todo, que deixa pelo caminho talentos subaproveitados.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo de caso iniciou-se com a observação não estruturada, por um período de duas semanas, quando houve o primeiro contato com o aluno objeto desse estudo.

Novos contatos, ainda que por períodos mais curtos, em longos espaços de tempo, permitiram a continuidade da observação e algum convívio, favorecendo a percepção sobre as peculiaridades dessa criança.

Passados dois anos, confrontando as observações da então professora do referido aluno, já na Educação Infantil II, com os demais relatórios e uma observação direta da criança em diferentes espaços e atividades escolares, foram sendo feitos registros que se somaram aos da professora e produziram um relatório na perspectiva de se conseguir uma avaliação multiprofissional que corroborasse ou descartasse a ideia da AH/SD, pois, ainda que a legislação aponte para a competência do professor no sentido de referenciar a AH/SD (BRASIL, 1996) e de indicar a realocação no nível adequado, a rede tinha outros caminhos.

Dois anos e meio mais tarde, com o aluno já ao final do primeiro ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi realizada uma entrevista oral com professores do mesmo (sala de aula; educação física) e outros membros da comunidade escolar (diretora da escola, bibliotecária, coordenadora de turno, supervisora pedagógica). Também foi realizada uma avaliação formal, pela professora da turma, através da Lista Base de Indicadores de Superdotação – parâmetros para observação de alunos em sala de aula (DELOU, 2001). Uma análise das fichas de avaliação do ciclo somou-se ao conjunto de informações que sustentaram as conclusões naquele momento.

Mais adiante, com o aluno já no 4º ano do Ensino Fundamental, novas avaliações foram feitas utilizando a mesma lista de indicadores, para a turma e individual, relatório da atual professora, entrevista com funcionários da escola, professores extraclasse, supervisão pedagógica e orientação educacional.

RESULTADOS

O relatório encaminhado inicialmente para a triagem, conforme os caminhos adotados pela rede municipal de ensino para qualquer avaliação e encaminhamento, teve um retorno inesperado. Nada de avaliação multiprofissional, nada de aceleração ou programa individualizado como se supunha que pudesse acontecer.

Ainda que as observações apontassem para uma criança com toda a possibilidade da AHSD, embora com um comportamento impulsivo e rompantes incontroláveis, o aluno foi direcionado para o “lugar comum”, com a anuência da mãe, que foi alertada

sobre “os perigos da aceleração” e também, de certa forma, culpabilizada pelos comportamentos inadequados da criança.

Nas entrevistas, na escola atual, foi possível constatar que o aluno ainda guardava alguns comportamentos infantilizados e intolerância a frustração, mas já era mais percebido pela sua inteligência, agilidade em fazer as atividades, interesse por temas diversos, especialmente animais. O aluno havia desenvolvido as próprias estratégias para otimizar o tempo ocioso, já que terminava tudo rápido. Seu humor que já se encontrava mais estável.

Na Lista Base de Indicadores de Superdotação, feita pela professora atual, mais de 90% das respostas indicavam para a possibilidade de AH/SD. Os dois itens assinalados como “às vezes”, foram auto suficiência, relacionado à Inteligência Geral (IG) e estabelecimento de relações sociais com facilidade, relacionado à Capacidade de Liderança (CL).

Em um novo momento de investigação na escola, já como profissional da rede como orientadora da Educação Especial Inclusiva, foi possível observar que mesmo após a pesquisa anterior, que sinalizou a possibilidade de AHSD do referido aluno, e a surpresa pelo fato de não ter sido observado que o mesmo sabia ler ao ingressar no primeiro ano, não houve nenhum encaminhamento por parte da escola. O aluno continua sendo visto como um aluno inteligente, porém, infantil.

A retomada da avaliação, passando novamente pela Lista Base de Indicadores de Superdotação (DELOU, 2001), relatórios feitos pela professora do 4º ano e demais professores e funcionários que trabalham com o mesmo, mais uma vez sinalizavam um aluno com habilidades acima da média: conhecimento de mundo acima do comum para sua faixa etária, interesses específicos, vocabulário amplo, aprendizagem autônoma, curiosidade..., tudo isso em um menino de comportamento imaturo e algumas vezes muito inadequado para a idade, conforme a visão da escola. Sua fala, antes percebida como pouco clara a despeito da amplitude de seu vocabulário, tornou-se bastante inteligível, porém, estereotipada, com pausas e entonações pouco comuns no cotidiano.

A avaliação multiprofissional, almejada desde a Educação Infantil, finalmente teve início e já reconhece a “possibilidade” de AH/SD, indicando o aluno para atendimento no Centro de Recursos Educacionais Especializados Municipal (CREEM). Atualmente esse aluno saiu da rede

municipal de ensino e não foi mais possível acompanhar o seu desenvolvimento já que também teve que sair do AEE municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas conversas com a professora e outros profissionais, foi possível perceber a resistência em traduzir essas características observadas no aluno em AH/SD. Também ficou claro que há uma falta de perspectiva, por parte dessas pessoas, quanto ao que poderá ser feito mediante a AH/SD, sendo notável a rejeição a aceleração.

O assincronismo entre idade, comportamento social, desenvolvimento cognitivo e emocional (COLEMAN, CROSS, 2000; VIRGOLIM, 2003; ALENCAR, 1986 apud PISKE e STOLTS, 2012), é comum em crianças com AH/SD, e explica essa diversidade de habilidades, comportamentos e inabilidades, podendo ser trabalhado à medida que o aluno recebe atendimento especializado. Mas também é uma das explicações para essa dificuldade de visibilidade desse aluno enquanto superdotado.

A aceleração divide opiniões e não é prática comum no nosso sistema educacional. Porém, está contemplada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 e recebe apoio de pesquisadores importantes na área, que vêem na aceleração uma escolarização menos entediante para esse aluno. Problemas de ordem emocional podem acontecer a despeito da aceleração (MAIA-PINTO, 2012; DELOU, 2014).

Nesse sentido, inicialmente foi oferecida uma suplementação nas áreas de maior interesse do aluno paralelamente ao atendimento psicológico a fim de preparar uma possível aceleração no ano seguinte, mas a mudança de rede devido à problemas de ordem política e posteriormente a PANDEMIA, inviabilizaram qualquer intervenção por parte do AEE municipal.

Palavras-chave: AH/SD; AEE; Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

DELOU, Cristina Maria C. Aceleração de Estudos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria/RS: UFSM, v. 27, n. 50, p. 675-688, set./dez. 2014
Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. **Lista base de indicadores de superdotação - parâmetros para observação de alunos em sala de aula**. 2001. Disponível em:<[file:///C:/Users/ADM/Downloads/lista-base-de-indicadores-de-ahs-cristina-delou%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ADM/Downloads/lista-base-de-indicadores-de-ahs-cristina-delou%20(1).pdf)> Acesso em 29 mai. 2017.

MAIA-PINTO, Renata Rodrigues. **Aceleração de ensino na educação infantil: percepção de alunos superdotados, mães e professores**. 2012. 153 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11225>> Acesso em: 28 ago. 2016

PISKE, Fernanda Hellen e STALTZ, Tânia. O Desenvolvimento Afetivo de Alunos Superdotados: uma contribuição a partir de Piaget. Schème **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. São Paulo, v. 4, n. 1, jan-jul/2012. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/2400/1953>> Acesso em: 10 ago. 2016.